

Revista
Latino-americana de

Geografia e Gênero

Volume 16, número 2 (2025)
ISSN: 2177-2886

Artigo

A Corporeidade de Mulheres Negras na Docência da Faculdade de Formação de Professores

*La Corporalidad de las Mujeres Negras en la Docencia
en la Escuela Normal*

*The Corporeality of Black Women in Teaching at the
Teacher Education College*

Thayná Melo Chavão

Universidade do Estado do Rio de Janeiro -
Brasil

thayna.profgeografia@gmail.com

Gabriel Siqueira Corrêa

Universidade do Estado do Rio de Janeiro -
Brasil

gabrielgeo@hotmail.com.br

Como citar este artigo:

CHAVÃO, Thayná Melo; CORRÊA, Gabriel Siqueira.
A Corporeidade de Mulheres Negras na Docência da
Faculdade de Formação de Professores. **Revista
Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 16, n.
2, p. 111-137, 2025. ISSN 2177-2886. DOI:
<10.5212/Rlagg.v.16.i2.0006>.

Disponível em:

<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rlagg>

A Corporeidade de Mulheres Negras na Docência da Faculdade de Formação de Professores

La Corporalidad de las Mujeres Negras en la Docencia en la Escuela Normal

The Corporeality of Black Women in Teaching at the Teacher Education College

Resumo

Esta pesquisa discute as trajetórias socioespaciais de professoras universitárias negras, dialogando com teóricas e teóricos das questões étnico-raciais e de gênero. A presença dessas docentes no ensino superior, ainda ínfima, tem sido objeto de estudos que buscam caracterizar e espacializar esses corpos pouco representados nos departamentos universitários. Analisar os caminhos que as levaram à docência significa dar visibilidade às suas escrevivências, conceito de Conceição Evaristo, ressaltando sua resistência frente às barreiras sociais, raciais e sexistas da sociedade brasileira. Adota-se a História Oral como metodologia, valorizando a oralidade para dar vida a essas narrativas, articuladas ao debate teórico-conceitual. Como resultados, destacam-se as falas das professoras, que evidenciam a importância dos espaços familiares em sua formação e revelam como suas corporeidades se manifestam em diferentes etapas da vida, seja na educação básica, na trajetória universitária ou no ambiente profissional.

Palavras-Chave: Mulheres negras. Docência. Trajetórias.

Resumen

Esta investigación discute las trayectorias socioespaciales de profesoras universitarias negras, dialogando con teóricas y teóricos de las cuestiones étnico-raciales y de género. La presencia de estas docentes en la educación superior, aún ínfima, ha sido objeto de estudios que buscan caracterizar y espacializar estos cuerpos poco representados en los departamentos universitarios. Analizar los caminos que las llevaron a la docencia significa visibilizar sus escrevivências, concepto de Conceição Evaristo, destacando su resistencia frente a las barreras sociales, raciales y sexistas de la sociedad brasileña. Se adopta la Historia Oral como metodología, valorizando la oralidad para dar vida a estas narrativas, articuladas al debate teórico-conceptual. Como resultados, se destacan las voces de las profesoras, que evidencian la importancia de los espacios familiares en su formación y revelan cómo sus corporeidades se manifiestan en diferentes etapas de la vida, ya sea en la educación básica, en la trayectoria universitaria o en el ámbito profesional.

Palabras-Clave: Mujeres negras. Docencia. Trayectorias.

Thayná Melo Chavão, Gabriel Siqueira Corrêa



Abstract

This research discusses the socio-spatial trajectories of Black female university professors, engaging with theorists who address ethno-racial and gender issues. The presence of these professors in higher education, still minimal, has been the subject of studies aiming to characterize and spatialize these bodies, which remain underrepresented in university departments. Analyzing the paths that led these women to academia means giving visibility to their *escrevivências*, a concept coined by Conceição Evaristo, highlighting their resistance against the social, racial, and sexist barriers of Brazilian society. Oral History is adopted as the methodological approach, valuing orality as a tool to bring these narratives to life, intertwined with theoretical and conceptual debates. The findings emphasize the professors' voices, underscoring the importance of family spaces in their educational journeys and revealing how their corporealities are expressed in the different phases of life—whether in primary education, higher education, or professional settings.

Keywords: Black women. Teaching. Trajectories.

Introdução

O debate sobre gênero tem crescido fora e dentro das produções acadêmicas, (Silva et al., 2009), porém, os que buscam interseccionar essa discussão às questões étnico-raciais carecem de maior visibilidade, seja pela complexidade do tema ou pela ausência de espaços para essas discussões em pós-graduações e revistas científicas. Ademais, é comum uma dissociação entre esses termos, principalmente quando se fala das opressões sofridas pela mulher negra. Este não é um fato atual, sendo comentado por diversas autoras, em diferentes espaços, tais quais Lélia Gonzalez (2020), Sueli Carneiro (2011), Angela Davis (2016), bell hooks ([1981]2023) e Grada Kilomba ([1968]2019).

Assim, esta pesquisa pretende se localizar nessa lacuna, associando os debates de raça e gênero, com o objetivo de refletir sobre estes temas a partir das trajetórias socioespaciais de mulheres negras no ensino superior e sua permanência nos espaços de poder. Para isso, utilizamos como recorte a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) - Faculdade de Formação de Professores (FFP), que possui sete departamentos com cursos de licenciatura. Fizemos um levantamento de professoras negras nessa unidade, no qual destacamos 7 em diferentes cursos de licenciatura: Biologia, Pedagogia, Geografia e Letras.

Nessa direção, optamos por usar nomes fictícios a fim de preservar as suas identidades, entendendo que o mais importante é fazer transparecer a vida, suas trajetórias e o papel na construção docente, tornando visível esses espaços-corpos fundamentais para conhecimento/reconhecimento destas que conseguiram ocupar esses espaços, acumulando formação em mestrado e doutorado, em uma área majoritariamente branca e masculina, e identificando as lutas e estratégias adotadas diante de um contexto interseccional.

Compreende-se também que esta é uma pesquisa qualitativa que adotou o levantamento bibliográfico, formulário e entrevistas semiestruturadas. Esse tipo de metodologia de investigação com base em entrevistas garante a

Thayná Melo Chavão, Gabriel Siqueira Corrêa

preservação da oralidade de forma íntegra e mantém essas mulheres como sujeitas de sua própria história.

Quanto à divisão do artigo, está organizado em 4 (quatro) partes que fazem a linha temporal de suas trajetórias, sendo a primeira delas uma breve apresentação das entrevistadas assim como seus contextos familiares, seguido das suas experiências no processo de entendimento enquanto mulheres negras para enfim chegar, respectivamente, ao caminho da educação básica até a universidade e o trabalho docente no campo universitário.

Quem somos? As trajetórias socioespaciais de mulheres singulares

Como mencionado, as trajetórias socioespaciais de negras e negros já é objeto de estudo como se pode ser visto em algumas dissertações e artigos, como a de Lorena Souza (2007); Diogo Cirqueira (2010); Denise Ziliotto e Letícia Santos (2015); Luyanne Azevedo (2019); Luyanne Azevedo e Ana Claudia Ramos Sacramento (2022) e Rosilda Santos (2019), que procuram elencar uma série de fatores através da vivência destas(es) indivíduos(os). Para estas(es) autoras(es), a configuração, o posicionamento e os desdobramentos das ações destas(es) indivíduos(os) no espaço podem ser vistos através de suas trajetórias. A linha temporal e espacial de cada indivíduo compreende o que chamamos de trajetórias socioespaciais, tomando as palavras de Cirqueira (2010). O autor ainda ressalta que essa temporalidade e espacialidade não se estabelecem de maneira ininterrupta e a importância da espacialidade está nessas experiências que são definidas pelo lugar. A partir dela entenderemos o caminho percorrido e as relações individuais e coletivas que são criadas no espaço, por isso, o espaço é entendido a partir da sua dimensão social, racial e de gênero.

Souza (2007) contribui para essa leitura socioespacial na trajetória de mulheres negras e, conseqüentemente, no papel da Geografia no debate das questões raciais e de gênero a partir do espaço. A autora afirma que “tal leitura é capaz de desvendar os jogos de dominação e violência simbólica impostos por uma parcela da sociedade que manda, ou seja, que detém o poder econômico, político, social e cultural” (Souza, 2007, p. 50-51). Com isso, ela potencializa um trabalho de discussão sobre como são produzidas as invisibilidades e os obstáculos em trajetórias femininas, por exemplo, em sua atuação profissional, e no caso das professoras, a sua chegada e permanência no ensino superior.

Nessa linha, as sete professoras universitárias que ajudam a construir este trabalho estão inseridas em uma linha temporal na qual podemos perceber as diferenciações que todas elas vivenciaram desde suas origens até chegar ao processo de construção de suas carreiras. Muitas histórias se entrecruzam, mas são vividas de maneiras diferentes, por isso são singulares. De certa forma, esses caminhos se assemelham porque estamos falando de mulheres negras docentes, acadêmicas e que sofrem opressões simultâneas originadas pela questão racial e de gênero. Isso também pode ser entendido como uma ferramenta, a qual é usada por Azevedo (2019) em sua pesquisa, em que ela mobiliza o conceito de interseccionalidade de Kimberlé Crenshaw para identificar essas opressões justapostas.

Luedji, 68 anos, nasceu no Rio de Janeiro e atualmente vive em Niterói. Mulher preta, bissexual e viúva, foi a primeira mulher negra a dirigir uma unidade acadêmica na UERJ. Vivenciou a ditadura civil-militar e acompanhou de perto o desmonte dos brizolões. Sobre sua motivação para entrar na universidade, afirma: “Formar-se era significativo no sentido da gente saber que era até uma forma de resistir”. Cresceu em um ambiente onde o debate sobre o racismo era parte do cotidiano; seus pais, fundadores do Renascença Clube, criaram-na em um espaço que fortalecia sua identidade racial e intelectual. Fundado em 1951, o clube tornou-se um importante lugar de resistência, onde pessoas negras podiam se reunir sem a imposição da branquitude. Esse contexto familiar foi decisivo para sua trajetória, permitindo-lhe romper com o “destino” historicamente imposto à população negra, o que Sueli Carneiro (2011) associa à naturalização da negação de direitos a quem foi desumanizado.

Niara, 59 anos, nasceu no Rio de Janeiro e vive atualmente no bairro da Lapa. Mulher negra, heterossexual, solteira, com um filho, também não foi a primeira de sua família a ingressar na universidade. Em sua trajetória, destaca o papel fundamental da família no acesso à educação, principalmente em um contexto em que o ensino ainda não era garantido como direito público. Ela explica que “a família tinha a grande motivação para matricular a criança na escola; todo o material, os livros didáticos e o transporte eram pagos pela família” (entrevista, 2023).

Sua experiência revela como, para famílias negras e populares, a educação é uma chave de ascensão social e resistência. Esse esforço coletivo desafia o racismo estrutural que historicamente negou o acesso da população negra ao conhecimento. Angela Davis (2016) aponta que essa exclusão foi sustentada pela ideologia racista de inferiorização intelectual, uma lógica confrontada cada vez que essas famílias investem na escolarização como ato de enfrentamento.

Nzinga, 58 anos, nasceu no município do Rio de Janeiro, vive atualmente em Niterói e tem um filho. Mulher negra, cisgênero, em união estável, foi a primeira mulher negra a obter o título de doutora em Geografia, tornando-se uma referência incontornável no campo geográfico. Em sua trajetória, destaca o papel fundamental da família, que custeou seus estudos na UFRJ sem contar com nenhum tipo de auxílio. Ressalta também a importância do apoio de professoras e das bolsas de pesquisa que viabilizaram a continuidade de sua formação acadêmica.

Makeda, 50 anos, nasceu no município de Araçuaí, em Minas Gerais, e atualmente vive em Niterói. Mulher negra, cisgênero, solteira, cresceu em uma família em que os pais, apesar de trajetórias educacionais interrompidas, sempre valorizaram os estudos. Seu pai concluiu apenas o ensino fundamental inicial, enquanto sua mãe retomou os estudos na vida adulta, completando o ensino médio aos 45 anos e, mais tarde, graduando-se em pedagogia com especialização. Esse contexto familiar, embora limitasse as expectativas educacionais a concluir o ensino médio e ingressar no mercado de trabalho, foi marcado pelo esforço e investimento para garantir sua escolarização. Mesmo com dificuldades financeiras, seu pai custeou sua formação em um curso normal particular, reforçando, dentro das possibilidades da família, o incentivo

ao estudo (Makeda, entrevista, 2023).

Kahina tem 47 anos, nasceu no município do Rio de Janeiro e vive atualmente no município de São Gonçalo. É uma mulher heterossexual, solteira, que também teve pais que mesmo não alcançando de forma longínqua sua formação educacional, compreendem e espelham nos seus a necessidade de se ir mais longe, ainda que seja do ponto de vista financeiro.

Nanisca tem 43 anos, 2 filhas, nasceu no município do Rio de Janeiro e vive atualmente no bairro Maracanã. É uma mulher heterossexual, divorciada, que também teve o seu núcleo familiar envolvido no ambiente acadêmico, com tentativas de cursar o ensino superior. Ainda assim, ela foi a primeira da família a concluir a graduação.

Zuri tem 43 anos, nasceu no município de Salvador, na Bahia, e vive atualmente em Campo Grande, no RJ. É uma mulher heterossexual, solteira, que teve contato com a universidade através de um colégio técnico universitário que estudou e por estímulos de sua família, visto que seu pai tinha formação superior através de um projeto do governo chamado crédito educativo.

Essas origens demonstram algumas características em comum. Das sete mulheres, quatro tem cinquenta anos ou mais. A maioria citou a família enquanto suporte no processo de escolarização a partir de diferentes significados: incentivando ou financiando os estudos. Este fato é importante, pois a maioria delas cursou a educação básica entre os anos 60 e 90, período em que a ação da família era fundamental na matrícula e continuidade da formação. Este fato demonstra a importância do entendimento do contexto familiar nessas trajetórias.

“E eu não sou uma mulher?”: as experiências do que é ser mulher negra

Entender-se enquanto uma mulher negra não é cabível de dúvidas, mas o letramento racial vai sendo construído paulatinamente. As falas de todas expõem essa realidade, enquanto para umas esse processo é instantâneo e para outras é uma “descoberta”, no sentido das relações interpessoais a qual foram expostas ao racismo:

Desde quando eu nasci. Essa não é uma crise para uma mulher preta retinta, porque o racismo acontece desde os primeiros atos. Da vivência da escola, a ida para a escola te desperta isso com muito mais facilidade. Pensando em uma família preta como a minha, eu lembro que quando criança assim com o meu pai, nós estávamos em um lugar e as pessoas estranharam o fato dele ser um homem que podia pagar aquilo. Então, a minha existência é de ser uma mulher preta, nunca tive dúvidas. Isso não é uma questão (Nanisca, entrevista em 2023).

A sua posição enquanto uma mulher preta retinta não carece de dúvidas para Nanisca porque ela vivencia o racismo de uma forma diferente comparada às mulheres pretas de pele clara. O racismo atinge tanto pessoas negras de pele escura ou de pele mais clara, contudo as pessoas ditas “pardas” têm mais

passabilidade, visto que o padrão estético mais aceitável é aquele mais embranquecido. Surge em outra fala a experiência frontal com o racismo que não impõe dúvidas ao olhar discriminado do outro pelo qual experienciou:

Tenho algumas, porém tem uma em que eu era dama de um aniversário de 15 anos, essa foi a que me marcou mais profundamente. É isso, a escola é o início, ainda que eu usasse bastante estratégias, eu era aquela aluna que estudava, aquela que colocava apelidos, então sempre usei estratégias de sobrevivência na escola. Mas esse aniversário, eu tinha por volta dos 15 anos, lá nos anos 90, tinha aquela prática de dança, com damas e tals, e os rapazes para formar os pares foram contratados e o que estava cotado para dançar comigo se recusou a dançar e ficou falando “é muito preta, não vou dançar com ela não” (o mesmo fazia gestos com o dedo apontando para a cor da pele) assim no meio da festa. Me deixou muito constrangida porque fui a única que fiquei sem par e um rapaz que estava como convidado veio para dançar comigo (Nanisca, entrevista em 2023).

Outra fala contundente nos relatos trazidos por ela é a de “estratégias” como autodefesa. Menciona o tempo todo que usava disso como maneira de sobrevivência, porque a escola é o reduto de experiências raciais pois é o reflexo da sociedade que divide grupos de acordo com a raça, o sexo e a classe.

Na obra escrita por Neusa Santos Souza, Tornar-se Negro, traz como se dá a construção da identidade negra para os seus indivíduos. No prefácio escrito por Jurandir Freire Costa, ele expõe como é doloroso para negras/os assumir essa identidade porque “Pensar sobre a identidade negra redonda sempre em sofrimento para o sujeito. Em função disso, o pensamento cria espaços de censura à sua liberdade de expressão e, simultaneamente, suprime retalhos de sua própria matéria” (Costa, 1983, p. 10). A professora Luedji revela que entender-se enquanto negra foi um processo de desconstrução. É tirar os estigmas, estereótipos que foram lançados sobre nós e não é um processo fácil como ela mesma coloca:

É um processo que foi penoso porque tinha toda uma pressão da sociedade dizendo que você não era “legal”, você tinha todo um entorno que não favorecia isso. E uma família como a minha que era muito miscigenada, tinha os de pouca “tinta”, os de muita “tinta”. Esse processo foi um processo doloroso porque entender-se como negro é um processo de desconstruir uma série de realidades que você colocava para si mesmo com certa naturalidade, que não é natural, não há naturalidade nisso. Não sei se o fato de pertencer a essa família, de entrar logo no movimento negro na década de 70 como eu entrei. Esse processo também foi importante para assumir a negritude (Luedji, entrevista em 2023).

O movimento negro também se faz de suma importância para o processo de entender-se enquanto negra para Luedji. Vale destacar que as mobilizações e

discussões feitas pelo movimento negro em prol de pautas relativas as questões negras são de grande relevância não só do ponto de vista da resistência e fortalecimento do coletivo, mas também nos processos de entendimento e pertencimento de cada indivíduo. As mulheres dentro do movimento conseguem espaço-ações para se politizar e mobilizarem agendas em prol do direito das mulheres negras.

Lorena Souza (2007), ao ler Lélia Gonzalez, discute como o mito da democracia racial conduz as relações entre os indivíduos na sociedade brasileira ao dizer que os “casamentos interraciais” que muitas vezes eram frutos do estupro cometidos às mulheres negras pelo homem branco alimentaram essa ideia de “harmonia racial”. De acordo ainda com a autora, a sociedade brasileira, leia-se a branquitude, busca “comprovar sua igualdade perante uma elite externa, vista como exemplo de cultura, política e economia” (Souza, 2007, p. 26).

As falas dessas mulheres negras aqui como sujeitas à investigação deste trabalho, corroboram para a desmistificação da democracia racial. A fala de Kahina elucida bem esse quadro, visto que os seus avós eram um casal interracial, na qual a família de sua avó (branca) tinham condições financeiras superiores as da família de seu avô (negro) e por isso ele não era bem-visto (por sua cor e sua classe):

[...] Então desde pequena, minha mãe contava as histórias de minha avó que era branca e teve que sair de casa porque os pais dela não aceitavam que ela se casasse com um homem negro, isso foi o marco para a nossa infância pois essa história era sempre contada. O porquê eles tiveram que passar perrengues. A família da minha avó tinha boas condições financeiras, já a do meu avô não, eram pobres. A minha mãe, então, falava que se a minha avó tivesse tido o apoio da família, não iriam ter passado por tantas coisas que passaram porque ela teria condições (Kahina, entrevista em 2023).

Aqui nota-se como a partir da história dos pais, a mãe de Kahina busca transmitir o que é ser negro e viver em uma sociedade racista. E a partir daí se tem a identificação enquanto negros passada para as próximas gerações. Makeda também compartilha um pouco dessa experiência de se entender enquanto mulher negra desde criança. Ela lembra a fala do seu irmão mais velho, que dizia: “[...] você tem que gostar de coisas de preto [...] da soul music, [...]”. Ela aponta que “[...] essa consciência veio ali sendo construída aos poucos, mas uma consciência maior, eu acho que a graduação reforçou (Makeda, entrevista em 2023).

A professora Makeda é uma mulher negra de pele clara e em sua fala ela demonstra como o racismo a atravessa de maneira mais velada. As pessoas, de alguma forma, invalidaram a sua condição enquanto mulher negra, porque não conseguiam “enquadrá-la” em uma classificação racial. Os seus traços, cabelos, eram “diferentes” para eles como ela mesmo diz:

Na infância, você não tem muito discernimento, mas você sente. Essa é uma questão de se tocar [...] “Poxa, que cor você tem? Você não é

negra totalmente, não é negra retinta, você é chocolate, você é o que? Qual é a sua cor?”. Na adolescência também havia diferenciações, seu jeito é diferente, seu cabelo é diferente, sua boca é grande. O racismo ele está assim em todo momento e é interessante como ele é muito velado no Brasil, e ele vem por olhares [...] (Makeda, entrevista em 2023).

A expressão “poxa, que cor você tem?” revela a necessidade do Outro de classificar os sujeitos, enquadrá-los em algum lugar para que estes sejam alguém, alguma coisa. A miscigenação é um instrumento a favor do embranquecimento, que cria uma “hierarquia cromática e de fenótipos”, como salienta Sueli Carneiro (2011).

Já Nzinga experiencia o racismo de todas as formas cabíveis, desde espacialmente, intelectualmente, excludente e da maneira “mais comum”, relacionadas às suas características enquanto persona negra:

Na verdade, desde menina eu já me entendia como mulher negra no sentido das várias formas de racismo que a gente sente ou muitas vezes o racismo ele vai se dar no âmbito da vizinhança, eu sofri muito racismo no âmbito da vizinhança, quando eu passei pro fundão, eles (os vizinhos) diziam: “vai entrar, mas não vai terminar”. Um racismo muito voltado também para algumas exclusões, de pessoas que não queriam ser nossos amigos(as) na vizinhança e nas turmas tanto no ensino médio quanto universitário. Vivi experiências de racismo no fundão, na educação física, piadinhas, aquele racismo recreativo, de raiva, de inveja, então a gente sofre mesmo, não tem jeito. É nesse momento então que eu já sabia pela cor da minha pele, pela característica do meu cabelo, eu já sabia a experiência do racismo, agora da luta contra o racismo, isso é uma coisa que vem anos depois (Nzinga, entrevista em 2023).

Grada Kilomba ([1968] 2019) em Memórias da Plantação nos propõe uma definição de “Racismo Cotidiano” a essas práticas racistas que não são pontuais, pois elas acontecem cotidianamente e repetidas vezes durante toda a trajetória de uma pessoa. Outro ponto é o “Racismo Recreativo” ao qual a professora relata. Este revestido de “humor” em tom de “brincadeirinha” coloca a reprodução da hegemonia branca através de um novo método que Adilson Moreira (2019) encara como “[...] uma política cultural baseada na utilização do humor como expressão e encobrimento de hostilidade racial” (Moreira, 2019, p. 95).

A sexualização e objetificação dos corpos de mulheres negras colocou um “status” de que ela é naturalmente “exótica” e as marcas coloniais de que mulheres negras são “sexualmente selvagens” estão embutidas no imaginário branco. No que tange ao caso das brasileiras, Lélia Gonzalez (2020) explica que a partir do mito da democracia racial, o termo “mulata”, que originalmente era utilizado para se definir um híbrido, no sentido animalesco mesmo, do cruzamento entre duas raças (que gerou um terceiro elemento) ganhou um novo sentido, o de mulata como “produto de exportação”. A partir do carnaval,

a mídia desempenha o seu papel em difundir esse novo produto, a Globeleza à época era o cartaz disso. Uma mulher negra nua, apenas com uma pintura no corpo. Fora as novelas que também mantinham a sua funcionalidade. Toda essa conjuntura fez com que toda mulher negra fosse vista dessa forma e isso aparece claramente na fala de Kahina ao dividir conosco sua experiência ao sair do país:

[...] Mas o que eu vou te falar que ficou mais gritante e aí você começa a sentir na pele mesmo essa questão da discriminação, é quando você começa a viajar para fora e vê eles te embareirando em tudo ou achar que você é prostituta, porque veem uma mulher negra e brasileira, não só ser uma mulher negra, mas brasileira também. Você começa a sentir isso na pele e se enxergar “nossa, olha só como eles olham para uma mulher negra brasileira” [...] De forma mais latente e internacionalmente, é onde você vê que realmente acontecia e acontece essas coisas (racismo/discriminação) em países super “conceituados” ou que tem uma outra visão de mundo, nada disso, você vai ver que isso acontece em todas as frentes (Kahina, entrevista em 2023).

Outra questão colocada por ela e que vale o debate é o de se pensar que quanto maior for o nível educacional ou econômico de um país, estes seriam menos racistas, pois são países que a priori são “civilizados”, “desenvolvidos”. A realidade é que independentemente do seu “nível de desenvolvimento”, o modo de operacionalização do racismo continuará o mesmo, é como Maria Aparecida da Silva Bento (2022) anunciou, é o “Pacto Narcísico da Branquitude”, onde se mantém os privilégios e sua posição na hierarquia de poder em detrimento do Outro. O Outro sempre será o Outro, ainda que este ascenda socialmente e divida os mesmos espaços que eles.

Por fim, Zuri divide conosco o seu processo de afirmação enquanto uma mulher negra foi tardia. Ela fala que seu meio social era majoritariamente composto por pessoas negras e que essas discussões não estavam presentes. Apenas ao adentrar na universidade que há esse choque:

[...] Por exemplo, eu estudei nos anos 2000 na UFRJ e a minha turma de biologia se formou com 80 pessoas e dessas 80, duas eram negras: eu e a minha amiga que era africana, de Cabo Verde. E aí estar nesse espaço em que de repente você é diferente de todo mundo, me fez perceber o que há de diferente em mim, e não era só a minha condição social e financeira, mas também a minha cor (Zuri, entrevista em 2024).

Na verdade, o que Zuri nos expõe é que a partir do momento em que ela se insere no espaço acadêmico, há uma “virada de chave” em que se faz necessária a sua afirmação enquanto uma mulher negra por estar em um lugar que é colocado para ela como diferente. Pela sua fala, ela não tinha dúvidas sobre ser uma mulher negra, mas por ter crescido e vivido em um meio social familiarmente conhecido fez com que ela não enxergasse ou fosse enquadrada

como o “Outro”, na perspectiva da branquitude. E isso se apresenta em outras falas, que pontuarei em partes porque trazem episódios de racismo diferentes, mas em todos eles, ela demonstra dificuldades (à época) de compreender que foi alvo de falas racistas.

Eu vivi algumas situações que hoje seriam inconcebíveis. Pelo cunho social, eu fui uma pessoa que foi ter contato com computador quando eu estava no 5º período da universidade, foi quando o meu pai teve condições de comprar um computador, eu comecei a mexer e não sabia mexer em nada, tinha um professor que gritava: “Ah, mas você não sabe de nada?! Não é possível!”, e aquilo me constrangia muito. Podia nem ser tido como um racismo, mas tinha com a minha condição social, desse lugar de aluna preta e pobre [...] (Zuri, entrevista em 2024).

A humilhação imposta a Zuri revela a falta de sensibilidade e empatia. Questionei a ela se esse mesmo professor havia exposto outra(o) aluna(o) branca(o) a mesma situação e a resposta foi que ela nunca ouviu algum comentário sobre uma situação similar. Ainda que este professor agisse dessa maneira agressiva para com todas(os), por que ele direciona sua fala somente para a Zuri? Acredito que isso está mais associado à sua condição enquanto uma aluna preta do que sua posição social. É trazer constrangimento, é lembrar da sua posição de poder frente à “inferioridade”. Prosseguindo:

[...] Em algum momento também eu passei por uma situação que na época eu não percebi como um ato racista porque eram tidos como “brincadeiras”. Eu fui questionada uma vez sobre “Como eu me sentia sendo a única preta da turma já que a minha outra amiga era africana” e foi dito exatamente assim [...] (Zuri, entrevista em 2024).

Neste momento, Zuri menciona também que ela fica atônita com a situação porque não esperava que fosse ser questionada sobre isso e que não soube retrucar naquele momento, cabendo a uma outra amiga rebater o indagador. O imaginário das pessoas brancas é carregado de estereótipos e fantasias sobre as pessoas negras. Aqui além de desclassificar a amiga cabo-verdiana de Zuri enquanto sujeito, há também o reducionismo e achismo de que só existem pessoas pretas na África. Zuri ainda menciona que essa amiga era uma preta de pele clara, até mais que ela. Ou seja, “africanos” são negros porque a branquitude também espacializa racialmente as pessoas, temos, portanto, “territórios negros e territórios brancos”. Por fim, ela traz uma última contribuição:

[...] Outra situação me ocorreu quando eu estava procurando estágios, porque eu queria fazer estágio, iniciação científica e tinha um laboratório de um professor titular muito conhecido do curso de biologia que estava abrindo uma seleção, ele fez várias etapas e eu fui passando em cada uma delas e quando chegou no final, ficou eu e um rapaz, e ele me disse: “Ah olha, você foi muito bem Zuri, mas

acho que não vou ficar com você não porque as meninas iguais a você assim ó, mulatas, vocês gostam muito de ir pro samba nos finais de semana... Segunda-feira às 7h da manhã para ir pro campo você não vai estar aqui, né?”. Eu acho essa fala extremamente racista (hoje), mas na época não me bateu assim. Eu pensei somente que esse professor era um sem noção, ridículo [...] (Zuri, entrevista em 2024).

Além de ser objetificada na figura de “mulata”, também há o estereótipo de que a/o negra/o gosta de algo, aqui especificamente se trata do samba, única e exclusivamente por se tratar de uma manifestação cultural pertencente a sua própria cultura. Ora, em nenhum momento Zuri compartilhou com este professor que gostava de rodas de samba e ainda que gostasse, por que isso a desqualifica de estar pleiteando uma vaga de estágio? Ele coloca “Ah olha, você foi muito bem...”, isso não era o suficiente? Passar nas etapas do processo seletivo? Então o que fica nítido é a prática racista baseada em uma concepção estereotipada que acabou por tirar a individualidade de Zuri enquanto pessoa, ocasionando a perda dessa vaga, não por falta de competência.

O caminho até a universidade: perspectivas das mulheres negras no seu processo de emancipação através da educação

Antes de adentrar nas falas de cada uma, me atentarei a fazer um apanhado de alguns pontos em comum no caminho dessas docentes da escola básica até chegar à universidade. Kahina, Makeda, Niara, Luedji e Nanisca estudaram tanto em instituições públicas quanto privadas. Já Nzinga e Zuri estudaram somente em instituições públicas ao longo de toda a sua jornada até o doutorado. Como preparação para ingressar na universidade, Kahina, Zuri, Luedji e Nanisca fizeram algum tipo de curso pré-vestibular, sendo Makeda, Nzinga e Niara as únicas que não fizeram nenhum tipo de pré-vestibular. Todas mencionaram que tiveram pelo menos um/uma professor(a) negros(as) durante alguma etapa de sua educação, o que para essa pesquisa é importante ressaltar visto que estamos lidando com professoras negras.

É importante salientar novamente que todas adentram a universidade pela ampla concorrência porque a lei de cotas só entra em vigor anos depois e esse processo se deu através de pautas levadas ao poder público pelo Movimento Negro. Portanto, o estímulo familiar, assim como o suporte financeiro, manteve essas mulheres na graduação até o final de seus respectivos cursos. Nem todas tiveram acesso a algum tipo de bolsa ou ajuda financeira dos pais, logo tiveram que trabalhar concomitantemente aos estudos, como é o caso de Kahina. Pelo fato de as bolsas serem pouquíssimas e muito disputadas, ela precisou trabalhar durante toda a graduação para se sustentar e prosseguir com os estudos, chegando a mencionar até que quase abandonou a graduação durante um período que esteve desempregada.

Kahina ingressou na universidade em 1998 aos 22 anos, cinco anos depois de ter concluído o ensino médio. Coursou Geografia na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, especificamente na Faculdade de Formação de Professores (UERJ/FFP). Possui mestrado em educação e doutorado em Geografia Física,

ambos pela Universidade de São Paulo (USP). Ela menciona que sempre foi um desejo seu cursar Geografia, apesar de ter afeição por outras áreas, chegando a fazer cursos técnicos. Foi a docente entrevistada que mais teve professoras e professores negros(as), inclusive por ter realizado seu curso na UERJ/FFP:

Andrelino, Cátia, Mariza e o Cláudio que tinha traços “caboclos”. Foram eles que marcaram muito pois eu conseguia ver que eles estavam ali, olha só como é possível (identificação). Eu sempre falo para mim que a Cátia é a pioneira, dentro da Geografia, claro, tinha outras áreas, mas não era da Geografia. Era muito legal naquela época saber que a mulher negra que a gente conhecia estava aqui no nosso departamento. E isso dava uma motivação pra gente, a história de vida dela, do Andrelino, nos mobiliza a pensar e refletir o que era ser negro dentro da universidade (Kahina, entrevista em 2023).

Luedji ingressou na universidade em 1975 aos 19 anos, logo após ter concluído o ensino médio. Cursou Psicologia na Universidade Gama Filho. Possui especialização em Didática do ensino superior pela Universidade Cândido Mendes (UCAM) e mestrado em Política Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Luedji também trabalhou durante a graduação, pois diz ser de uma geração que queria trabalhar logo, ter sua própria independência. As bolsas também eram escassas na sua geração. Ela fala que já trabalhava em uma clínica psiquiátrica antes de fazer estágio remunerado. Trabalhou também no DATAPREV e dava aulas particulares. Nesse caminho escolheu a docência e começou a dar aula na FFP e na Faculdade Maria Thereza, mas no curso de psicologia.

Nzinga ingressou na universidade em 1984 aos 18 anos, logo após ter concluído o ensino médio. Foi a primeira de sua família a ingressar na universidade, entrando para o curso de Geografia na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Possui especialização em Planejamento urbano e uso do solo, mestrado em Planejamento urbano e regional e doutorado em geografia, todos pela UFRJ. Nzinga não precisou trabalhar durante a graduação. Tinha o apoio financeiro dos pais e depois de um ano conseguiu uma bolsa de pesquisa que durou até o fim de sua graduação.

Zuri ingressou na universidade em 2000 aos 20 anos, dois anos depois de ter concluído o ensino médio. Cursou Ciências Biológicas na UFRJ. Possui mestrado e doutorado em educação, também pela UFRJ. Ela e Nzinga compartilham de trajetórias muito similares. Não trabalhou durante a graduação, teve ajuda de custo do pai até conseguir uma bolsa de iniciação científica que levou até o fim do curso.

Makeda ingressou na universidade em 1995 aos 19 anos, esse fato não ocorreu após ter concluído o ensino médio, tendo acontecido um pouco depois. Cursou Letras na Universidade Federal de Viçosa. Possui especialização em Planejamento, implementação e gestão da EAD, mestrado e doutorado em Letras, todos pela UFF. Makeda trabalhou durante a graduação por meio de contratos até passar em um concurso público. As únicas ajudas de custo que teve por parte da universidade, era a vaga no alojamento e uma bolsa

relacionada a alimentação na própria universidade. Ela comenta também que até teve oportunidade de ter uma bolsa científica, mas os seus horários de trabalho não permitiam, por isso optou por ficar como voluntária.

Niara ingressou na universidade em 1984 aos 20 anos, esse fato não ocorreu após ter concluído o ensino médio, tendo acontecido um pouco depois. Coursou Biblioteconomia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), também formada pelo curso de licenciatura em Ciência da Informação pela UCAM. Possui especialização em Marketing pela Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM) e em docência no ensino superior pela UCAM, mestrado em ciência da Informação pela UFRJ e doutorado em educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Ela trabalhou durante toda a graduação e teve acesso a uma bolsa de iniciação científica. A docência era algo que sempre almejou.

Nanisca ingressou na universidade em 1998 aos 18 anos, logo após ter concluído o ensino médio. Coursou Pedagogia na PUC. Possui especialização em Educação Infantil também pela PUC, mestrado e doutorado em educação, ambas pela UFRJ. Contou com o apoio financeiro dos pais e teve a oportunidade de ter uma bolsa de pesquisa. Diferentemente das demais, Nanisca não tinha o desejo de ser professora. Foi uma decisão que ela foi desenvolvendo ao longo da graduação.

A obstinação pelo conhecimento, a importância da formação continuada e o reconhecimento de terceiros, leia-se professoras-orientadoras, contribuíram para o protagonismo delas, principalmente ao se reconhecerem entre os seus. Kahina e Zuri ilustram uma parte desse caminho, que de certa forma é partilhado por todas:

Ela foi uma outra parte que me deu a possibilidade de fato de aprender novas coisas e de me empoderar também de uma certa medida, porque quando eu fui fazer mestrado na USP [...] não tinha negro, a única professora negra era a Vanderli da geografia. Não víamos negros [...] então eu me via e pensava: “Poxa, sou só eu (e o Santana como alunos negros)”. A USP sempre foi muito elitista. E quando eu fui fazer o doutorado, também era a única. [...] O único departamento, realmente, que a gente via a maior quantidade de negros dentro da Geografia, era a FFP, que era o Andrelino, que era a Cátia, aí entrou o Renato [...] (Kahina, entrevista em 2023).

[...] Eu conheci duas professoras que hoje são minhas amigas, mas que na época eram professoras da faculdade de educação. Uma professora era do colégio de aplicação e eu fui fazer estágio supervisionado, professora Margarida Gomes e outra a professora da faculdade de educação que dava prática de ensino, professora Márcia Serra Ferreira. Essas duas me ajudaram a me entender enquanto professora e a entender que esse espaço poderia ser meu também. [...] embora eu sempre tenha sido uma pessoa que gostava de estudar; perfeccionista, eu não tinha tanta autoestima na universidade e aí contar com professores que olhem o seu potencial fez muita diferença para mim [...] (Zuri, entrevista em 2024).

A escolha pela docência como desejo próprio e a construção de uma formação continuada é importante no processo de emancipação das mulheres negras e isso não é somente uma característica comum as que aqui foram entrevistadas. Rosilda Campelo (2019) também observou isso na sua pesquisa com professoras negras tanto da educação básica como da superior. Encontrar e identificar seus pares, além do reconhecimento e incentivo da prática docente nas universidades formam as peças fundamentais para que essas mulheres se insiram no corpo docente acadêmico.

Enegrecendo o espaço acadêmico: a prática docente

A Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) está entre as 10 melhores universidades avaliadas no Brasil no ano de 2023, segundo a listagem do Center for World University Rankings (CWUR). Além da formação de qualidade, sua história contribuiu para o “status” que lhe é agraciado. A UERJ foi presumida para dar formação aos estudantes trabalhadores oferecendo cursos no turno da noite, contrapondo as outras universidades públicas àquela época que tinham como público principal componentes da elite carioca. Além disso, é considerada pioneira juntamente com a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) no que se refere a implementação de cotas raciais e não raciais entre as universidades públicas do país (Alves, 2022). Tal fato ficou registrado no vestibular de 2003, quando foi incluída a reserva de vagas para esses grupos que detinham pouca expressão no ambiente acadêmico.

Luedji ingressou na UERJ em 1981, onde lecionou nas disciplinas de Psicologia da Educação I e II, Psicologia Social e uma eletiva chamada Relações Raciais e Educação. Participa do Programa de Estudos e Debates dos Povos Africanos e Afro-americanos (PROAFRO), já integrou o Núcleo de Estudos e Pesquisas afro-brasileiro (NEAB) e o Sempre Negro. Hoje não atua mais como docente, pois exerce o cargo de vice-diretora da Faculdade de Formação de Professores (FFP). Ela presenciou as mudanças ocorridas na UERJ a partir da implementação de cotas e como foi importante para o amadurecimento dela, o que para ela torna a UERJ diferente das demais universidades.

Eu acho que a UERJ chamou atenção e demarcou porque ela sempre foi uma universidade mais popular. A característica da UERJ, a própria localização dela favoreceu para que ela se tornasse uma universidade mais popular. [...] A partir desse movimento que a própria universidade tomou quando ela abriu espaço colocando cotas para acesso a negros e alunos de escola públicas por conta do próprio sucateamento que escola pública sofreu na época da ditadura. Então eu acho que isso ajudou muito a UERJ, as outras universidades custaram a fazer isso, levaram mais um tempo [...] (Luedji, entrevista em 2023).

Outra informação importante trazida por ela está no investimento, oferta e implementação da pós-graduação no próprio campus, que de certa forma,

estimulou para que os professores continuassem o seu aperfeiçoamento na pesquisa e trouxe um novo modelo de contratação.

Nzinga ingressou na UERJ em 1999, onde leciona na disciplina de Geografia Urbana na graduação, atua PPGGEO na linha de geografia e relações de poder e no PPGHS na linha de Território, movimentos sociais e relações de poder, além de trabalhar no cargo de pró-reitora de Políticas e Assistências Estudantis. Foi diretora do Departamento de Extensão da UERJ entre 2016 e 2019, é pesquisadora PROCiência - UERJ e Produtividade CNPq e coordena o Núcleo de Pesquisa e Extensão: Urbano, Território e Mudanças Contemporâneas (NUTEMC) há 21 anos. Assim como Luedji, Nzinga também tem um papel importante dentro da UERJ para além da sala de aula como pró-reitora. Ela, assim como sua equipe, uma das responsáveis por ampliar e implementar políticas de manutenção e permanência dos estudantes na universidade para além das bolsas permanências.

Entendendo que a permanência dos estudantes na universidade vai além da sua própria presença física, acompanhamento das aulas etc., é possível destacar como essas políticas de assistência estudantil fazem da UERJ um modelo de competência na implementação de cotas raciais e não raciais e mais importante ainda é ter uma mulher negra a frente desses projetos, visto que em sua trajetória não obteve $\frac{1}{3}$ do que nós, estudantes da graduação cotistas, temos hoje em dia.

Kahina atua na UERJ/FFP desde 2013, leciona as disciplinas de Metodologias e Práticas Pedagógicas da Geografia e Análise e Produção de Materiais Didáticos na graduação e Teoria e Função Social da Geografia na especialização. Coordena o Grupo de Estudos e Pesquisas em Geografia, Educação e Cidades (GEPGEC), além de já ter sido Coordenadora da Graduação e da Especialização entre 2014 e 2016. Kahina, além de ter se formado na própria UERJ/FFP, também reside no município, com isso ela tem uma visão sobre a espacialização da UERJ que as demais não possuem, e assim consegue perceber diferenças não só de uma instituição para outra como também de um campus para o outro, como ela denota:

Eu acho que cada uma delas trabalham isso de suas perspectivas e fundamento metodológico, então sim, apesar da UERJ dialogar mais com a UFF do ponto de vista de conceitos, a gente vê a dimensão da onde você está. Se eu penso na UERJ São Gonçalo, temos uma forma e interpretação de tratar essa questão. Quando você vai para o Maracanã, a leitura e interpretação é outra, inclusive voltando a essa questão da igualdade e não igualdade, lá (Maracanã) eles se sentem mais “acadêmicos” do que nós que somos da periferia. Então além da relação raça x gênero, tem a relação de que contexto espacial eu estou falando. Dependendo do contexto espacial que estou falando, isso também cria uma lógica de falar “eu sou mais do que você” (Kahina, entrevista em 2023).

Fica claro pela fala dela como o espaço, mais uma vez, influencia na relação entre os indivíduos e que o ambiente acadêmico não está isento de hierarquias, isso porque estamos falando de uma universidade que é referência em cotas

raciais e com a maior presença de pessoas negras no seu corpo estudantil.

Zuri atua na UERJ/FFP desde 2015, onde atualmente está vinculada a disciplina Estágio Supervisionado II (Ciências). Participa do grupo de pesquisa Núcleo de Pesquisas em Ensino de Ciências (NUPEC) e atua também na pós-graduação na linha de ensino em educação básica com ênfase em Ensino de Ciências e Biologia. Por dois anos esteve como coordenadora do curso de Biologia. Zuri ressalta em sua fala a importância da lei 10.639 para que as discussões étnico-raciais fossem mais presentes nas outras universidades. Outra questão é a percepção do corpo estudantil e docente da UERJ em relação as demais universidades, visto que vivenciou sua formação inteira em outra instituição:

Mas quando eu entrei na UERJ, vi outras coisas. Uma maior presença de professores-pesquisadores negros, uma maior presença dos estudantes e que não é só a presença física, assim, é uma presença política também, então, eles estão envolvidos em movimentos negros e eles retroalimentam as discussões para dentro da universidade [...] (Zuri, entrevista em 2024).

A Lei n. 10.639/2003 torna obrigatória e garante o Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana nos currículos escolares. Ela se tornou o principal instrumento para se construir uma educação antirracista. É fruto de uma luta histórica do Movimento Negro no campo educacional para que a população negra fosse reposicionada na história sendo um agente ativo. A lei também nos ajuda a desmitificar os estereótipos criados sobre os negros, combatendo assim o racismo. Zuri também traz em sua fala o currículo praticado ao dizer que a partir da movimentação dos alunos a pauta racial se tornou significativa para que ela revisse a forma como conduzia sua disciplina:

[...] Quando eu dava metodologia ou estágio supervisionado, era esse estudante que vinha e falava para mim “Não Zuri, vamos discutir essa questão porque está acontecendo na escola...”, então, a atenção que esse estudante tem faz com que a gente movimente os nossos próprios cursos [...] Parece pouco, mas eu nunca considero como pouco, porque no momento que você abre a sua disciplina e abre espaço para que o tema surja, você abre um espaço curricular importante, faz com que esse tema possa existir curricularmente [...] Outra coisa importante para falarmos é o desenvolvimento de disciplinas específicas que trazem as questões raciais, temos na FFP disciplinas eletivas que trabalham essa temática e eu acho isso um passo importante. “Ah, mas poderia ser uma disciplina obrigatória”, assim, nessa disputa curricular, sempre existe aquilo que se acha mais importante, então, existem disputas [...] Eu percebo sim que a UERJ caminha muito mais nesse debate, nas políticas, internamente na FFP eu acho visceral e o tempo todo estamos discutindo e vivendo isso, mesmo que não falemos (Zuri, entrevista em 2024).

Zuri compreende que o currículo é um espaço de disputas e que temas como

esses podem ser tratados em uma escala menor de prioridades. Contudo, isso não quer dizer que não se deva fazer existir disciplinas eletivas ou temas dentro de outras disciplinas, muito pelo contrário, elas são fundamentais para que se crie um espaço para elas.

Makeda trabalha na UERJ/FFP desde 2015, onde leciona as disciplinas de Fundamentos e Práticas do Ensino de Língua Portuguesa e Literatura II na graduação; Literaturas e outras linguagens na especialização (relativas ao período letivo de 2023.2). Participa dos grupos de pesquisa: Linguagens, Leitura e Ensino, da FFP e Caminhos da Literatura Brasileira, da UFF. Atua também na função de Coordenadora dos Projetos de Iniciação à Docência; de Estágio Interno Complementar; de Extensão e do Programa de Apoio Técnico às Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, além de ser Coordenadora Adjunta da Coordenação de Graduação e Editora Chefe da Pensares em Revista, periódico eletrônico do Programa de Mestrado Profissional em Letras - PROFLETRAS. Ela também percebe que a UERJ se destaca diante das outras universidades por ser pioneira, ressaltando a Lei n. 10.639/2003 como o passo mais importante e os agentes por trás dela:

Sim, claro que tem. No mestrado, na UFF, eu ouvi dizer que Machado de Assis era “mulato”, mas isso em um comentário de uma colega de mestrado. Então essas questões não se discutiam. A lei 10.639 é de 2003, eu estava ali no mestrado entre 98 e 99, então foi antes da lei. Eu acredito que a lei foi muito importante, muito impactante. Fez agora 20 anos de lei e ainda assim, tem muita coisa para ser melhorada, mas foi muito impactante essa lei vir à tona, a discussão dela, a aplicabilidade dela, que ela veio sem nenhum manual. É importante sinalizar o que está por trás dela, os movimentos sociais, os movimentos negros. Eu sou de uma geração anterior a essa lei, então eu vejo que de fato a UERJ tem um papel histórico e muito importante nesse sentido. Primeiro, porque ela foi a primeira universidade a assumir e definir o sistema de cotas; segundo, temos vários projetos de permanência desse aluno, e isso veio de vários estudos, então assim, é uma universidade que abriu para a inclusão, viu que tinha problemas e tentou solucionar [...] (Makeda, entrevista em 2023).

Nanisca também ingressou na UERJ/FFP em 2015, leciona disciplinas como Estágio, Didática, Currículo, Pesquisa e coordena o Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão Negritudes e Transgressões Epistêmicas (GENTE) juntamente com o professor Marcelo José Derzi Moraes. Também atua há um ano na Chefia de Departamento. Ela observa que a UERJ por ser a pioneira ainda precisa evoluir em alguns sentidos, pois muitos professores estão imersos a muitas demandas de trabalhos e não conseguem demandar tempo para discutir as questões afirmativas, mesmo com a criação de comissões e a própria câmara de ações afirmativas, da qual ela participa.

Niara ingressou na UERJ/FFP em 2016, onde leciona a disciplina de Políticas Públicas e Educação. É integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais, Formação de Professores, Democracia e Direito à

Educação (GRUPEFOR) e atua também como Tecnologista em Saúde Pública na Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), onde permanece até hoje. Em sua percepção, as discussões étnico-raciais na UERJ ainda não são suficientemente acentuadas no âmbito institucional. Ao refletir sobre a possibilidade de mudança por meio do currículo, Niara pondera que a simples inclusão de uma disciplina obrigatória não garantiria o efeito esperado, destacando que o enfrentamento do racismo exige uma transformação mais ampla, ligada à formação de professores e ao reconhecimento e respeito às diferenças.

Sua análise evidencia que a complexidade das questões étnico-raciais demanda um trabalho contínuo e transversal, desde a educação básica até o ensino superior. Essa perspectiva reforça a necessidade de processos formativos capazes de sustentar uma educação antirracista, mas aponta também os desafios para que tais debates ganhem espaço efetivo no currículo e nas relações pedagógicas. Ainda assim, a presença de mulheres e homens negros na universidade não elimina as opressões que atravessam seus corpos. Afinal, a universidade, como extensão da sociedade, reproduz as hierarquias raciais e o patriarcado, refletindo as mesmas desigualdades estruturais presentes no tecido social. Nzinga, Luedji e Nanisca compartilham diretamente de situações que viveram na UERJ/FFP em relação a sua cor e sexo, invisibilizando os seus corpos enquanto docentes. Luedji viveu isso bem explicitamente, como bem coloca:

[...] Um funcionário terceirizado pode até me chamar de professora, mas na maioria das vezes não me chama de professora e eu estou na condição de diretora. Colegas meus quando eu fui diretora pela primeira vez, isso em 2000, entravam na sala e queriam falar com alguém da direção, me viam, falavam “ué, você que é a diretora?”, aí era aquela coisa de desconstruir. Eu fui uma das primeiras professoras negras da UERJ a assumir direção de uma unidade acadêmica, acho que fui a primeira, se não me engano (Luedji, entrevista em 2023).

O “estranhamento” em ver uma mulher negra ocupando cargos de poder está mais ligado a condição de que para o imaginário da sociedade, pessoas negras não têm capacidade de chegar tão longe, porque elas estão acostumadas a visualizar esses corpos em outros espaços, logo, cria-se e se mantém a imagem de inferioridade. Nanisca viveu uma situação similar ao ser “confundida” como uma funcionária da limpeza:

[...] no primeiro dia que cheguei aqui com a minha cartinha para ser recepcionada acharam que eu era uma funcionária da limpeza. Só isso já basta. Isso reforça todos os estereótipos. É lógico que hoje estabeleci uma relação muito fraterna e amorosa [...] mas na realidade, renunciei uma chefia de departamento agora e eu não renunciei à toa. Que lugares são esses que você vai ocupando na universidade e vai também construindo um olhar para essa discussão, para a própria relação que você irá estabelecer. O racismo, sexismo, machismo, patriarcado [...] (Nanisca, entrevista em 2023).

Nota-se que em nenhum momento foi perguntado a Nanisca quem ela era, o que ela foi fazer ali. Apenas a sua imagem é suficiente para que seja associada a uma funcionária da limpeza. Qual é a imagem que se espera de alguém que se diga diretora ou professora? Possivelmente o de uma pessoa branca. Em outro momento, Nanisca se recorda de uma reunião de departamento em que teve sua fala invalidada enquanto uma mulher negra ainda que na condição de chefia deste departamento, ela fala:

[...] Na chefia do departamento, “não, isso que você está explicando não é bem assim” “deixa que ela fala que ela sabe falar melhor”, então assim esses tipos de formas que você pensa: “cara, não falaria isso se eu fosse...” (branca) e eu fiz a equipe perceber logo no início, “olha a atitude, vê as reuniões de departamento”. A gente fez uma reunião em que as duas pessoas brancas puxaram e não foi da mesma forma. A equipe percebeu e falaram “nossa, Nanisca” e eu falei “gente, é o que eu vejo o tempo todo” (Nanisca, entrevista em 2023).

Milton Santos (2002) fala que ser negro na sociedade brasileira é ser objeto de um olhar enviesado, que posiciona os negros em um lugar inferior predeterminado e age como se isso fosse natural. Ver negras/negros permanecendo na base da hierarquia é tão incômodo para eles quanto vê-los ascender. É como se pessoas negras tivessem que permanecer inertes, na condição de submissão. O comportamento da equipe perante a presença de Nanisca demonstra que só por ela estar ocupando aquele espaço já é um incômodo.

A compreensão de que a universidade é um espaço atravessado por práticas racistas e machistas é um fato compartilhado por todas aqui, ainda que algumas não tenham sofrido com elas diretamente, mas é perceptível o olhar, as práticas e atitudes. Logo, a questão principal até aqui não é como essas mulheres chegaram à universidade enquanto docentes, mas sim a permanência desses corpos em espaços igualmente opressores como qualquer outro. É um desafio diário estar em uma posição ocupada por tão poucas e a resistência se faz operante para esse processo. Algumas dessas professoras compartilham o sentimento de se estar nesse lugar onde tão poucas se fazem presente. Makeda diz:

Isso tem a ver com reparação histórica. Os nossos ancestrais, se você vê pela a minha história, eu sou a primeira de quantas gerações? Eu falo isso não achando que sou uma pessoa maravilhosa, eu falo isso com certo pesar, porque são várias gerações que não tiveram essa oportunidade. Eu me lembro quando entrei aqui na universidade, isso foi em 2015, vieram algumas alunas negras do curso de letras muito felizes, muito contentes, “nossa, uma professora negra, que maravilha”. Aquilo me deixou alegre, mas ao mesmo tempo me deixou triste. Alegre porque elas estavam vendo em mim uma representatividade. Triste porque eu era uma exceção. E assim, a exceção não pode ser regra, temos que andar mais rápido (Makeda,

entrevista realizada em 2023).

Nanisca compartilha da mesma experiência e sensação de ocupar um lugar que é igualmente importante, principalmente para as alunas negras:

É um desafio. Eu lembro de uma vez que fui dar aula em uma pós e quando eu entrei na sala, uma aluna comemorou. Essa cena nunca saiu da minha cabeça porque era uma aluna negra e ela falou: “Nossa, pela primeira vez eu estou vendo uma professora preta na universidade. Eu sei que aqui até tem algumas, mas eu não tive oportunidade de passar por essas poucas professoras. Para mim está sendo incrível ter você como professora”. Eu acho que tem muito esse lugar, eu não gosto muito de “a referência”, mas é um lugar de identificação (Nanisca, entrevista em 2023).

Zuri também traz um relato emocionante sobre ser abraçada em uma universidade tão ocupada por estudantes negros e em um curso onde o professorado é majoritariamente composto por pessoas brancas. Ela ressalta:

[...] Me chamou muita atenção, assim que cheguei, eu ter sido abraçada por um conjunto de alunos que me disseram “finalmente uma professora negra aqui” e isso me pegou de surpresa, em um lugar que eu sequer estava preparada para vivenciar, eu acho. Assim, eu posso pesquisar muitos assuntos, mas serei sempre procurada pelo aluno que quer se aproximar por uma autoidentificação [...] eu percebo que esse lugar é importante para eles. Eu defendi o doutorado enquanto já era professora da FFP, alguns grupos de alunos me acompanharam nesse processo e até ex-alunos que ficaram felizes por ser uma professora negra doutora hoje, fizeram uma festa para mim e quando eu olhei a minha volta tinha muitos alunos negros naquela sala comemorando (Zuri, entrevista em 2024).

Ao mesmo tempo que lhes causam emoção, há um sentimento de solidão que é sutilmente sentido pelas falas de Makeda e Nanisca. Sentimento esse que é bem expresso por Zuri ao prosseguir em sua fala, relatando como é solitário estar em uma condição em que há poucas iguais a ela, pois em um ambiente onde majoritariamente há pessoas brancas, é difícil partilhar sentimentos e angústias que só outros docentes negros poderiam entender devido a sua posição enquanto pessoa negra. Ela diz:

[...] Eu vi um post da professora Bárbara Carine da UFBA que falava: “O/A professor(a) negro(a) precisa se aquilombar”. Precisamos de acolhimento entre nós. Eu fico muito feliz de estar na FFP, que sabe acolher os seus docentes, eu vejo a relação docente-instituição como uma relação muito diferente do que eu já vi em outros espaços universitários. Mas eu acho que enquanto professora negra, eu ainda preciso me aquilombar. Há coisas que eu ainda passo sozinha, no meu departamento por exemplo. E o espaço que as vezes

eu consigo um diálogo é com professoras de outros departamentos ou com minhas estudantes negras, que irão entender minhas angústias, minhas dores. Tem coisas que só nós (negras/negros) podemos entender, embora estejamos no mesmo espaço, tenhamos a mesma formação, discussões para o ensino importantes [...] Um exemplo, houve uma denúncia que recebemos de um caso de uma aluna que sofreu uma “piada” em relação ao cabelo, penteado comparando a outras coisas. No começo da discussão estava sendo tratado como uma piada mesmo, que seria tudo tratado ali mesmo na reunião do departamento e eu tive que me colocar no lugar e dizer que eles não estavam entendendo. Eu ouvia os comentários e entendia que aquele era um lugar que pessoas não pretas não conseguiam alcançar. E aí eu tive que fazer uma fala grande, explicar, posicionar aquilo em um lugar do quanto isso fere uma pessoa negra e depois que eu falei, ninguém mais contestou nada. Elas perceberam que não conseguiam nem falar do assunto (Zuri, entrevista em 2024).

O termo usado na fala da entrevistada “aquilombar” faz uma alusão ao termo “quilombo” no seu sentido atual. Para Souto (2020), diferentemente do quilombo, o aquilombamento não tem um sentido territorial, mas sim o sentido de comunidade, do senso coletivo. É uma tática de resistência e intervenção ao qual se apresentaria diante de situações como a que Zuri apresentou em seu departamento.

Os relatos dessas três professoras também corroboram para um debate sobre representação e representatividade, no qual ambas acontecem e estão conectadas. A representação é intimamente ligada ao ato de representar um grupo de pessoas, ou seja, são mulheres negras na condição de professoras universitárias, representam esse grupo seletivo de mulheres que são percebidas (autoidentificação) por outras/outros alunas/alunos negras/negros.

Já a representatividade é um movimento para além da representação, pois está relacionado a uma mudança estrutural, digamos assim. Representatividade tem a ver com poder, com a tomada de decisões sobre algo ou alguma coisa que mude significativamente e sirva aos interesses daquele grupo ao qual representa. Por exemplo, mais adiante expusemos como cada professora trabalha a temática étnico racial e de gênero dentro de suas disciplinas ao modo que isso proporciona uma abertura curricular. Cada uma trabalha essas questões de uma maneira diferente, conforme seus conhecimentos e possibilidades dentro de suas disciplinas. Luedji à época desenvolveu uma disciplina eletiva para tratar do assunto e fala da importância de dar continuidade nessas discussões atualmente:

Quando eu desenvolvi a disciplina relações raciais e educação a intenção era estar discutindo como é que se constituía essa coisa do racismo e aí consequentemente quando você fala do racismo, você vai falar de outras formas discriminatórias e aí você para na questão do gênero. E eu acho essencial essa discussão ser posta na mesa e ser debatida por todos, em todos os corpos, porque está presente. De gênero então, é essencial, as pessoas desconhecem essa possibilidade

do outro não ser aquilo que ele é, do que ele aparece para você [...] eu acho ótimo que tenha grupos aqui de pesquisa que trabalham com essa temática de gênero, acho ótimo que se discuta sexualidade, tem que se discutir o racismo, tem que se discutir todas as formas de discriminação que estão presentes na sociedade (Luedji, entrevista em 2023).

Nanisca também trabalha diretamente com as questões étnico-raciais e consequentemente com as questões de gênero, não só nas suas aulas como também nas escolas parceiras e a frente do grupo de pesquisa GENTE:

Eu pesquiso sobre as questões étnico-raciais nas escolas. Na verdade, a minha pesquisa, o slogan é “todo conhecimento pode ser racializado” então eu olho para essa discussão e eu estou em uma escola desde que entrei aqui (FFP), eu acompanho essa escola [...] Coordeno o Gente, grupo de estudos de pesquisa e extensão negritude transgressão epistêmicas junto com o Marcelo que é do meu departamento, da filosofia e todos os projetos dos bolsistas, eles estão nesse grupo que a gente pensa tanto no campo da filosofia que é o dele quanto no campo da educação que é a minha as questões étnico-raciais. O meu mergulho maior é na escola com essa temática, mas trabalho com a questão das mulheres intelectuais, trabalho com negras, trabalho com a discussão sobre colonialidades, vou me atravessando em debates mais amplos. Raça, classe e gênero são as coisas que vão sempre juntas e é óbvio que vai aparecer, quando eu penso no perfil de evasão na escola que é um pouco do debate que eu tenho feito com os bolsistas, eu falo: “Quem são? Meninas, pretas, da onde?” Então de alguma forma essas informações elas se naturalizam na sua própria performance de entendimento, eu não estou falando que eu naturalizei a discussão, mas quando eu vou penso: “São mulheres? São homens? São pobres? São gays?”. A questão de gênero vai aparecendo de forma mais ampla (Nanisca, entrevista em 2023).

Makeda não discute amplamente sobre gênero, trabalha mais com as questões étnico-raciais, indicando que elas fazem parte do seu cotidiano, constituindo práticas curriculares tanto na graduação quanto na pós.

As demais professoras entendem a importância de se trazer esses debates para a sala de aula, porém não trabalham diretamente e especificamente com elas. De alguma maneira acaba aparecendo e isso as impulsionam a tentar abarcar esses debates, como elas relatam em suas falas:

[...] Quero fazer um adendo, muitas vezes as pessoas falam assim: “Ah, mas você não discute o tema propriamente dito”, eu costumo falar que só eu corporizada aqui já é um ato de resistência. Na minha época não tínhamos muitas discussões étnico-raciais, eu fui para a linha de ensino, discuto ensino, discuto didática e currículo, mas isso não quer dizer que a gente não trabalhe de uma outra forma essa

discussão étnico racial (Kahina, entrevista em 2023).

Nota-se, mais uma vez, a importância da corporeidade como o fator principal para fazer com que outros alunos se identifiquem e desejem trabalhar com a professora Kahina, ainda que ela não debata questões de raça e gênero de maneira visceral. Esse movimento do corpo discente, (re)posiciona essas docentes em um esforço para abarcar essas demandas e introduzir de alguma forma em suas disciplinas sem descaracterizá-las.

A autora Nilma Lino Gomes (2003) já falava da necessidade de uma educação plural nos cursos de formação de professores, viabilizando práticas educacionais que fizessem essa interseção entre cultura e educação. Gomes ainda completa dizendo que esse processo educativo permite ter uma visão ampla sobre a construção identitária da negritude e que há diversos espaços sociais para isso, que não se limitam à escola. Outra questão que se faz necessária a nível de conclusão deste tópico é como a prática docente é permeada diretamente na relação aluno-professor. É a chamada “pedagogia engajada” que promove a autoatualização e bem-estar, como afirma bell hooks (2013). Esse movimento permite que as docentes se aproximem dos alunos e se comprometam no processo de ensino-aprendizagem.

Considerações finais

Este trabalho refletiu que há uma combinação de fatores que impulsionam essas mulheres negras a irem para a universidade, e, conseqüentemente, a continuidade dos estudos até chegarem às carreiras docentes no âmbito acadêmico. O primeiro fator fundamental é a estrutura familiar, todas compartilham de uma base familiar sólida que propiciaram incentivos para que cada uma chegasse à universidade. O segundo fator está relacionado às oportunidades e incentivos durante a graduação que elas tiveram por parte de professoras que estimularam o desejo destas de prosseguir na formação continuada no ensino superior, como consequência desta ação, todas alcançam a condição de professoras universitárias em um espaço onde somam-se poucas. O terceiro fator, e não menos importante, está na resistência frente às diferentes barreiras e as múltiplas opressões a que mulheres negras são submetidas cotidianamente, sendo delegados outros papéis de subalternidade a esses corpos. Conceição Evaristo (2020) afirma que “a nossa escrevivência não é para adormecer os da casa-grande, e sim acordá-los de seus sonos injustos” (Evaristo, 2020, p. 30).

Existe uma filosofia africana, originária dos povos Bantu que diz: “Eu só existo porque nós existimos”, a ética Ubuntu vai de encontro a importância de se pensar no coletivo, nós só chegamos até aqui porque outras(os) nos proporcionaram isso. A representação e representatividade de mulheres negras, pesquisadoras e professoras acadêmicas são a ponte para que outras mulheres negras cheguem até lá. Eu só cheguei até aqui por elas.

Referências

ALVES, Pamela Silva. Heteroidentificação racial: o contexto das ações afirmativas no Ensino Superior. **Práxis Educativa**, v. 17, p. 1-14, 2022. DOI: 10.5212/PraxEduc.v.17.19400.081. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/19400>. Acesso em: 24 set. 2025.

AZEVEDO, Luyanne Catarina Lourenço de. **As trajetórias socioespaciais de professoras negras do ensino de geografia das universidades públicas brasileiras**. 2019. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2019.

AZEVEDO, Luyanne Catarina Lourenço; SACRAMENTO, Ana Cláudia Ramos. Mulheres negras professoras universitárias e suas trajetórias socioespaciais no ensino de Geografia. **Revista Caminhos de Geografia**, v. 23 n. 87, 2022. DOI: 10.14393/RCG238758866. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/58866>. Acesso em: 3 nov. 2025.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BRASIL, **Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012**. Reserva de no mínimo 50% de vagas para estudantes oriundos de escolas públicas. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 29 de agosto de 2012.

CARNEIRO, Sueli. **A mulher negra na sociedade brasileira – o papel do movimento feminista na luta anti-racista**. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2003.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. *In: Racismos contemporâneos*. Rio de Janeiro: Takano. 2003. Cap. 7. p. 49-58.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CIRQUEIRA, Diogo Marçal. **Entre o corpo e a teoria: a questão étnico-racial na obra e trajetória de Milton Santos**. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pesquisa e Pós-Graduação do Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado. **Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. Rio de Janeiro:

Mina Comunicação e Arte, 2020.

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 29, n.1, p. 167-182, 2003.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo Afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogo. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

hooks, bell. **E eu não sou uma mulher?** Mulheres negras e feminismo. Tradução Bhuvi Libanio. 12. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2023.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MOREIRA, Adilson. **Racismo recreativo**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB-RJ, 17p., nov. 2003.

RATTS, Alecsandro J. P. Gênero, raça e espaço: trajetórias de mulheres negras. Comunicação apresentada no **XX Encontro Nacional da ANPOCS**, Caxambu-MG, 21p. out. 2003.

SANTOS, Letícia Laureano dos; ZILIOOTTO, Denise Macedo. Histórias de vida de professoras negras na educação superior. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)biográfica**, v. 7, n. 21, p. 476-491, 2022. DOI: 10.31892/rbpab2525-426X.2022.v7.n21.p476-491. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/rbpab/article/view/10556>. Acesso em: 14 out. 2025.

SANTOS, Milton. **O País distorcido**: o Brasil, a globalização e a cidadania. São Paulo: Publifolha, 2002.

SANTOS, Renato Emerson dos. A Lei 10.639 e o ensino de geografia: construindo uma agenda de pesquisa-ação. **Revista Tamoios**, São Gonçalo, v. 7, n. 1, p. 04-24, 2011. DOI: 10.12957/tamoios.2011.1702. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/tamoios/article/view/1702>. Acesso em: 28 out. 2025.

SANTOS, Rosilda Campelo dos. **Professoras negras: narrativas e memórias dos percursos escolares e de formação**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) –Programa de Pós-graduação em Educação, Pontifícia

Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2019.

SILVA, Joseli Maria; CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista; PERACETTA FILHO, Emilson; ROSSI, Rodrigo. Geografia e gênero no Brasil: uma análise da feminização do campo científico. **Ateliê Geográfico**, 2009.

SOUTO, Stéfane. Aquilombar-se: Insurgências negras na gestão cultural contemporânea. **Revista Metamorfose**, v. 4, n. 4, jun. de 2020.

SOUZA, Lorena Francisco de. **Corpos negros femininos em movimento: trajetórias socioespaciais de professoras negras em escolas públicas**. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de estudos socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2007.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. “**Uerj se mantém no top 10 das melhores universidades brasileiras, segundo ranking internacional CWUR**”. 17 maio 2023. Disponível em: <https://www.uerj.br/noticia/uerj-se-mantem-no-top-10-das-melhores-universidades-brasileiras-segundo-ranking-internacional-cwur/>. Acesso em: 14 de out. de 2025.

Contribuição de Autoria / Contribución de autoría

Thayná Melo Chavão: Conceituação, Análise Formal, Investigação, Metodologia, Escrita (primeira redação).

Gabriel Siqueira Corrêa: Conceituação, Análise Formal, Supervisão, Escrita (revisão e edição).

Recebido em 05 de julho de 2025.

Aceito em 13 de outubro de 2025.

Thayná Melo Chavão, Gabriel Siqueira Corrêa

